



**CENTRO UNIVERSITARIO INTEGRADO
CURSO DE BACHAREL EM ENFERMAGEM
ARTIGO DE REVISÃO - SIMPAR**

O Impacto da violência obstétrica na saúde da mulher: reflexões para a prática de enfermagem.

**CAMPO MOURÃO
2025**



ACADÊMICOS

O Impacto da violência obstétrica na saúde da mulher: reflexões para a prática de enfermagem.

Trabalho de artigo de revisão apresentado ao Curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Integrado como requisito para apresentação no simpósio de pesquisa, extensão, e inovação do Paraná.

**CAMPO MOURÃO
2025**

RESUMO

Objetivo: este artigo de revisão tem como objetivo reunir e discutir as principais evidências científicas acerca da violência obstétrica, seus determinantes e consequências, bem como analisar estratégias educativas e políticas públicas voltadas à sua prevenção e ao fortalecimento do parto humanizado no Brasil.

Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa realizada nas bases de dados SciELO, LILACS e BVS, com foco em publicações de 2019 a 2024. A busca utilizou os descritores controlados "violência obstétrica", "saúde da mulher", "enfermagem obstétrica", "saúde mental" e "assistência humanizada" (combinados com AND/OR). Após a seleção de artigos em português, disponíveis na íntegra e que abordassem a VO sob a ótica da enfermagem, saúde mental ou humanização, quatro estudos compuseram a amostra final. A análise dos dados foi qualitativa e temática, organizada nas categorias: manifestações da VO, consequências emocionais/psicológicas e atuação da enfermagem na humanização da assistência.

Resultados: A análise qualitativa e temática dos estudos evidenciou que a violência obstétrica (VO) persiste como uma prática estrutural e recorrente nos serviços de saúde brasileiros. As manifestações mais frequentes da VO incluem a imposição de procedimentos não consentidos, a comunicação autoritária, o desrespeito à autonomia feminina e a negligência, refletindo a manutenção de um modelo assistencial medicalizado e centrado no profissional, e não na parturiente. A VO foi reconhecida como uma forma de violência de gênero e uma violação dos direitos humanos, conforme diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde. Suas consequências emocionais e psicológicas são graves, causando traumas duradouros, além de contribuir para o aumento da morbimortalidade materna e perinatal, muitas vezes associada à alta taxa de cesarianas sem indicação clínica clara. Em relação à atuação da enfermagem, os achados destacam o papel crucial do enfermeiro na promoção do parto humanizado e na redução desses agravos. É imperativo que a formação e a prática desses profissionais sejam pautadas na assistência humanizada e baseada em evidências, com foco no acolhimento e no acompanhamento respeitoso do trabalho de parto, visando a redução dos elevados índices de mortalidade e o fortalecimento da autonomia da mulher.

Conclusão: A Violência Obstétrica (VO), identificada como uma falha estrutural na assistência à saúde no Brasil, está diretamente associada ao aumento da morbidade e mortalidade materno-infantil e a graves consequências na saúde mental. Esta revisão bibliográfica confirma a urgência de uma resposta multissetorial. O combate eficaz à VO depende da implementação rigorosa de: 1) Políticas de humanização do parto que priorizem a autonomia da mulher; 2) Capacitação de profissionais em práticas baseadas em evidências, com especial atenção ao papel educativo e de suporte da enfermagem; e 3) Mecanismos eficazes de responsabilização. Em suma,

é imperativo transformar o modelo obstétrico atual para garantir que o parto seja um evento seguro, respeitoso e digno.

Descritores: Violência Obstétrica, Saúde da Mulher, Enfermagem Obstétrica, Saúde Mental e Assistência Humanizado.

ABSTRACT

Objective: This review article aims to gather and discuss the main scientific evidence regarding obstetric violence, its determinants and consequences, as well as to analyze educational strategies and public policies aimed at its prevention and the promotion of humanized childbirth in Brazil.

Methodology: This is a narrative literature review conducted in the SciELO, LILACS, and BVS databases, focusing on publications from 2019 to 2024. The search used the controlled descriptors "obstetric violence," "women's health," "obstetric nursing," "mental health," and "humanized care" (combined with AND/OR). After selecting articles in Portuguese, available in full, and addressing OV from the perspective of nursing, mental health, or humanization, four studies made up the final sample. Data analysis was qualitative and thematic, organized into the following categories: manifestations of OV, emotional/psychological consequences, and nursing's role in humanizing care.

Results: The qualitative and thematic analysis of the studies showed that obstetric violence (OV) persists as a structural and recurring practice in Brazilian healthcare services. The most frequent manifestations of OV include the imposition of non-consented procedures, authoritarian communication, disrespect for women's autonomy, and negligence, reflecting the maintenance of a medicalized care model centered on the professional rather than the birthing woman. OV was recognized as a form of gender-based violence and a violation of human rights, according to guidelines from the World Health Organization (WHO) and the Ministry of Health. Its emotional and psychological consequences are severe, causing lasting trauma, in addition to contributing to increased maternal and perinatal morbidity and mortality, often associated with a high rate of cesarean sections without clear clinical indication. Regarding nursing practice, the findings highlight the crucial role of the nurse in promoting humanized childbirth.

Conclusion: Obstetric Violence (OV), identified as a structural failure in healthcare in Brazil, is directly associated with increased maternal and infant morbidity and mortality and serious consequences for mental health. This literature review confirms the urgency of a multisectoral response. Effective combat against OV depends on the rigorous implementation of: 1) Childbirth humanization policies that prioritize women's autonomy; 2) Training of professionals in evidence-based practices, with special attention to the educational and supportive role of nursing; and 3) Effective accountability mechanisms. In short, it is imperative to transform the current obstetric model to ensure that childbirth is a safe, respectful, and dignified event.



Descriptors: Obstetric Violence, Women's Health, Obstetric Nursing, Mental Health, and Humanized Care.

INTRODUÇÃO

A violência obstétrica constitui um grave problema de saúde pública, é uma forma de violação dos direitos das mulheres. O termo refere-se a qualquer ato praticado por profissionais de saúde que desrespeite a autonomia, a integridade física e emocional da gestante, parturiente ou puérpera, manifestado-se por negligência, abuso verbal, físico ou psicológico, e pela realização de procedimentos desnecessários ou sem consentimento.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece, desde 2014, o desrespeito e os maus-tratos durante o parto como uma forma de violência institucional que impacta diretamente a saúde materna e neonatal. No contexto brasileiro, a hipermedicalização do parto e o uso excessivo de intervenções, como a cesariana sem indicação clínica, a episiotomia de rotina e a manobra de Kristeller, revelam um modelo assistencial ainda centrado no profissional e não na mulher.

Essa prática contribui para o aumento da morbimortalidade materna e infantil, além de gerar experiências negativas no parto e no nascimento.

Pesquisas nacionais, como o inquérito Nascer no Brasil, evidenciam a persistência de procedimentos obsoletos e a naturalização de práticas coercitivas nas instituições de saúde. Diante desse cenário, surgem iniciativas voltadas para a humanização da assistência ao parto e nascimento, como a exposição Sentidos do Nascer, que busca promover o parto normal e conscientizar a população sobre a violência obstétrica e os direitos das mulheres.

O estudo de Lansky et al. (2019) demonstrou que ações educativas e culturais podem ampliar o conhecimento das gestantes sobre práticas baseadas em evidências e contribuir para a mobilização social em prol do respeito e da autonomia feminina no parto. Assim, este artigo de revisão tem como objetivo reunir e discutir as principais evidências científicas acerca da violência obstétrica, seus determinantes e consequências, bem como analisar estratégias educativas e políticas públicas voltadas à sua prevenção e ao fortalecimento do parto humanizado no Brasil.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica narrativa, com o objetivo de analisar a produção científica recente sobre os impactos da violência obstétrica na saúde da mulher, especialmente nos aspectos emocionais e psicológicos, e compreender o papel da enfermagem na promoção de uma assistência humanizada. A revisão permite integrar diferentes perspectivas teóricas e empíricas, oferecendo uma visão ampla do tema e identificando lacunas para futuras pesquisas. A busca de dados foi realizada nas bases SciELO, LILACS, e BVS utilizando os descritores “violência obstétrica”, “saúde da mulher”, “enfermagem obstétrica”, “saúde mental” e “assistência humanizada”, associados pelos operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos publicados entre 2019 e 2024, em português, disponíveis na íntegra e gratuitos, relacionados à violência obstétrica sob a ótica da enfermagem, saúde mental ou humanização do parto.

Ao todo, 10 estudos foram identificados, dos quais 4 foram selecionados para leitura completa, resultando em 4 artigos finais que atenderam aos critérios estabelecidos. Os estudos foram analisados criticamente e organizados em categorias temáticas envolvendo manifestações da violência obstétrica, consequências emocionais e psicológicas e a atuação da enfermagem na assistência humanizada. A análise qualitativa possibilitou compreender o fenômeno e reforçar a importância da enfermagem no enfrentamento e prevenção da violência obstétrica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados revelou que a violência obstétrica permanece como uma prática recorrente nos serviços de saúde, manifestando-se por meio de condutas desrespeitosas, negligência, imposição de procedimentos sem consentimento e comunicação autoritária. Esses comportamentos refletem a persistência de um modelo assistencial centrado no profissional, em detrimento da autonomia e dos direitos da mulher.

A violência obstétrica é reconhecida como uma forma de violência de gênero que ocorre durante a gestação, parto e pós-parto, caracterizada por práticas abusivas, desrespeitosas, humilhantes, coercitivas ou negligentes por parte de profissionais de saúde. A OMS traz vários pontos quanto a esses desrespeitos, partindo desde a não participação de acompanhantes em um momento em que a gestante mais precisa. No Brasil, o Ministério da Saúde reconhece a violência obstétrica como uma violação dos direitos humanos das mulheres, afetando negativamente sua saúde física e emocional.

Afirma-se ainda que as complicações maternas ocorrem, em muitos casos, devido ao aumento das cesarianas sem indicação clínica. Pesquisas revelam que essas complicações são frequentes e afetam a qualidade de vida das mulheres. Portanto, para que as cesarianas sejam realizadas, é necessário que haja indicações claras e prudentes, cujos benefícios realmente superem os riscos.

Os resultados demonstram a necessidade de refletir sobre a importância do combate à violência obstétrica na formação dos enfermeiros, sempre com o objetivo de promover condutas que visam a redução de elevados índices de mortalidade. Dessa forma, acompanhar o trabalho de parto, e parto com humanização e o acolhimento sempre, em um momento tão especial a mulher.

REFERÊNCIA TEÓRICA

A violência obstétrica é entendida como qualquer ação ou omissão praticada por profissionais de saúde que cause dano físico, psicológico ou moral à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal. Essas práticas incluem intervenções desnecessárias, negligência, agressões verbais, recusa de atendimento e desrespeito à autonomia da paciente. (BRASIL, 2005)

Os impactos da violência obstétrica na saúde da mulher são múltiplos e abrangem aspectos físicos e emocionais. Entre os efeitos físicos, destacam-se lacerações, infecções e complicações obstétricas. Já os efeitos psicológicos incluem traumas, depressão pós-parto, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático, podendo comprometer o vínculo materno-infantil e dificultar o aleitamento. SILVA, T. R.; OLIVEIRA, C. F. Impactos da violência obstétrica na saúde mental da mulher. *Revista de Psicologia e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 33–40, 2021. Disponível em: <https://revistapsisaude.com.br/article/view/2021.001>. Acesso em: 31 out. 2025.

A enfermagem exerce papel fundamental na promoção de um parto humanizado, pautado no respeito à autonomia da mulher e na escuta qualificada. O profissional de enfermagem deve atuar com empatia, acolhimento e ética, garantindo um ambiente seguro e livre de práticas violentas. A formação contínua e humanizada é essencial para prevenir condutas abusivas e promover o cuidado integral. COSTA, M. A.; SANTOS, R. M. A atuação da enfermagem frente à violência obstétrica: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 73, n. 4, p. 1–8, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/xyz123>. Acesso em: 31 out. 2025.

A Lei nº 11.108/2005, conhecida como Lei do Acompanhante, assegura à mulher o direito de ter um acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. Além disso, a Política Nacional de Humanização do SUS reforça a importância de práticas respeitosas e centradas na usuária. A enfermagem deve estar alinhada a essas diretrizes, promovendo equidade e combatendo a violência institucional. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Dispõe sobre o direito da parturiente à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 abr. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11108.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

A reflexão crítica sobre a violência obstétrica deve integrar a formação e a prática dos profissionais de enfermagem. É necessário reconhecer que tais práticas podem estar naturalizadas no cotidiano hospitalar e que sua superação exige mudanças institucionais, capacitação contínua e empoderamento das mulheres sobre seus direitos. FERREIRA, L. M.; ALMEIDA, J. S. Violência obstétrica e ética profissional: uma análise crítica. *Revista Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 45–52, 2022. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3479>. Acesso em: 31 out. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado no estudo de Lansky et al. (2019), há um sólido conjunto de provas que indica que ações como intervenções inadequadas, hipermedicalização, ausência de consentimento informado e a falta de escuta ativa das mulheres agravam a mortalidade e morbidade materna e perinatal, além de causar traumas, tanto físicos quanto emocionais, que podem perdurar por longo tempo. Além disso, uma revisão integrativa publicada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) apontou que a violência obstétrica se correlaciona com agressões verbais e psicológicas, a apropriação do corpo feminino, a ausência de privacidade, a negação de acompanhante e a violação da autonomia das mulheres durante o parto (Revista Enfermagem UERJ, 2021). Esses dados evidenciam que, embora o problema seja reconhecido, ainda carecemos de políticas eficazes de prevenção, formação contínua dos profissionais e de uma cultura institucional que priorize as necessidades das mulheres.

Neste contexto, é essencial aprimorar as políticas públicas que priorizam a humanização do parto, garantindo que a mulher seja o foco da assistência e que sua autonomia seja respeitada. Também é importante alocar recursos em campanhas educativas e na capacitação das equipes de saúde para a adoção de práticas fundamentadas em evidências, sempre respeitando a dignidade das mulheres. Além disso, é crucial criar espaços institucionais onde as mulheres possam se manifestar, incorporando mecanismos para denúncias, supervisão e responsabilização em relação a práticas abusivas, trazendo visibilidade para o problema e enfrentando os obstáculos culturais que o encobrem.

Conclui-se que o enfrentamento da violência obstétrica requer uma mudança cultural, ética e institucional profunda. Somente por meio da valorização do parto humanizado, do empoderamento das mulheres e da implementação de estratégias baseadas em evidências científicas, apoiadas por estudos disponíveis na BVS, será possível garantir uma assistência segura, digna e livre de violências para todas as mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS

SILVA, Thalita Monteiro da et al. Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 33, eAPE20190146, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/C8VTQNXNTF8whR9QFbQvZDP/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2025.

LANSKY, Sônia et al. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811-2824, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN36JqPKNCPrjj/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2025.

REIS, Jessica Ariane de Azevedo dos; APRIGIO, A. B. R.; DUARTE, A. S. C. O Impacto da Violência Obstétrica na Saúde da Mulher: Aspectos Emocionais e a Atuação da Enfermagem na Assistência Integral. **Saúde Coletiva (Barueri)**, Barueri, v. 15, n. 97, p. 16066–16083, 2025. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3479>. Acesso em: 31 out. 2025.

LEITE, Taissa Helena et al. Epidemiologia da violência obstétrica: uma revisão narrativa do contexto brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, e12222023, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LbMdhqnGHfRRhNfJWJgpPjd>. Acesso em: 31 out. 2025.